

RealTime1 no Whatsapp

RealTime1
 | Jornalismo *sem* chantagem |

política negócios tecnologia dia a dia stories opinião especiais

f x @ y d s

Q

Decisão do STF sobre a internet gera insegurança jurídica, alertam especialistas

COMPARTILHE


 Por: Henrique Assunção Em: Tecnologia e Inovação
 2 de agosto de 2025 4 minutos de leitura

▶ Ouvir



Arte: Associação Brasileira de Software



Uma recente decisão do **Supremo Tribunal Federal (STF)**, que declarou o Artigo 19 do Marco Civil da Internet parcialmente inconstitucional, tem gerado preocupação entre especialistas do ecossistema digital.

O artigo é responsável por definir a responsabilização civil por conteúdo de terceiros. Na visão de especialistas, o Supremo extrapolou seu objetivo de combater conteúdos nocivos, criando uma responsabilização excessiva e indiscriminada que pode gerar insegurança jurídica e prejudicar o ambiente de negócios no Brasil.

O debate ocorreu em um webinar da **Associação Brasileira das Empresas de Software (Abes)**, com apoio da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP). O entendimento é que o STF poderia ter se limitado a ampliar a regulação para casos de discursos de ódio e racismo, sem criar obrigações que afetem todas as plataformas, independentemente de seu porte.

Decisão Atinge de Pequenos Negócios a Big Techs

Um dos principais pontos de preocupação é que, embora o STF tenha focado nas grandes empresas de tecnologia, a decisão afeta a internet como um todo. O advogado Ronaldo Lemos, fundador do ITS Rio, explica que a regra de que, para qualquer crime, a plataforma é responsável se não remover o conteúdo após uma notificação, impacta não apenas as Big Techs, mas também:

- Pequenos fóruns de internet.
- Caixas de comentários de jornais.
- Serviços de avaliação, como o Reclame Aqui.
- Marketplaces como iFood e OLX.

Rony Vainzof, consultor da FecomercioSP, concorda que a decisão foi muito ampla. Segundo ele, as **pequenas e médias empresas de software serão as mais prejudicadas**, pois terão dificuldades técnicas e operacionais para cumprir as novas exigências, como a implantação de Inteligência Artificial para moderação ou a contratação de pessoal para analisar o imenso volume de conteúdo online. As Big Techs, por sua vez, já contam com mais recursos e infraestrutura para se adaptar.

Participe do canal do RealTime1 no Instagram

Insegurança Jurídica e Censura

Os especialistas também apontaram que a decisão gera falta de clareza, substituindo a lei objetiva do Marco Civil por um regime de responsabilização confuso. Além disso, o novo modelo pode impactar a **liberdade de expressão**.

Para crimes que não são contra a honra, bastará uma simples notificação para que as plataformas removam o conteúdo. Isso inclui acusações de apologia ao crime e desacato, termos amplos que, segundo os especialistas, podem ser usados para censurar debates legítimos ou denúncias jornalísticas.

O acadêmico Demi Getschko expressou preocupação com o retorno do modelo **"notice and takedown"**, em que o conteúdo é removido de forma imediata e sem uma avaliação aprofundada, um modelo amplamente rejeitado pela comunidade internacional. "Dá a impressão de que você assume que o sujeito é culpado antes de qualquer coisa, em vez de assumir que é inocente", pontuou.

Diante desse cenário, os especialistas defendem que a discussão sobre a responsabilização no ambiente digital deveria ser conduzida pelo **Poder Legislativo**, com um debate amplo e profundo com a sociedade, e não por meio de uma decisão judicial.

A tecnologia é mais veloz do que qualquer legislação e, segundo a diretora da Abes, Daniella Caverni, é preciso cautela para que a norma não se torne obsoleta em pouco tempo.

Informações: Associação Brasileira de Software e Fecomercio

Leia Mais:

- **Fusão de municípios poderia mudar o mapa do Amazonas e reduzir desigualdades no interior**
- **Governo do Amazonas anuncia início da regularização fundiária de 1,8 mil imóveis em Manaus**





Novos cursos gratuitos da FGV focam em IA, dados e estratégia em TI



Indígena do Alto Solimões funda startup que usa blockchain para proteger arte e gerar renda



Mulheres são mais pessimistas que homens sobre o futuro da IA, aponta estudo



Saiba quais as prioridades do Congresso na volta do recesso parlamentar



Segundo semestre no STF terá julgamentos da trama golpista, caso Marielle e nova presidência



Fieam completa 65 anos em busca de renovação do papel da indústria do Amazonas

+ NOTÍCIAS

